

NOTA PRÉVIA

Manuel Miguéns¹

A equidade é um tema central em Educação e ganha relevância particular num tempo em que tanto se fala da sociedade do conhecimento, da sociedade educativa... A Constituição da República Portuguesa atribui a todos os cidadãos a mesma dignidade social e igualdade perante a lei (Artº 13º) e a todos confere o direito à educação e à cultura, o direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolares (Artºs. 73º e 74º). São precisamente a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso educativos e a participação de todos, sem quaisquer riscos de discriminação, que enformam a ideia de equidade na educação.

Deste modo, a promoção da equidade passa sobretudo pelo combate à exclusão e ao abandono escolar precoce, pela promoção do sucesso educativo, pelo apoio às famílias mais desfavorecidas para que possam envolver-se melhor na educação dos seus filhos.

Se é verdade que as dificuldades no acesso estão hoje praticamente superadas no nosso País, o mesmo não se poderá dizer no que respeita ao risco de abandono e insucesso escolar.

Já no início dos anos 2000, o Conselho Nacional de Educação promoveu um Estudo² que procurou identificar vulnerabilidades e potencialidades na rede educativa, bem como zonas - problema com maior incidência de situações de risco educativo. Risco educativo entendido de forma descentrada do indivíduo em risco – por ter insucesso escolar e não poder efectuar correctamente a passagem da escola para a vida adulta e para o mundo do trabalho, centrando-se antes a nível institucional (o sistema escolar, as escolas), ao considerar o risco que a instituição enfrenta, por não conseguir atingir os seus objectivos estratégicos mais importantes – promover com equidade as capacidades dos indivíduos em idade escolar, promover o sucesso, travar o abandono.

¹ Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação

² Matos, M. e Duarte, I. (Coord.). (2003). *Identificação de Riscos Educativos no Ensino Básico*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação

De entre as principais recomendações do Estudo, todas elas centradas na necessidade de agir de acordo com o contexto específico e, portanto, baseadas numa intervenção territorializada, ressaltam, nomeadamente, a promoção da autonomia das escolas e da partilha de boas práticas entre elas e um modelo de intervenção que devolva às escolas a iniciativa e a criação de respostas face a situações de risco, com equipas pluridisciplinares preparadas para apoiar a acção.

O Conselho Nacional de Educação voltou a debruçar-se sobre este problema durante os debates promovidos em torno da preparação de uma nova Lei de Bases da Educação¹. Num dos seminários, a Professora Maria João Valente Rosa dava particular relevo à ideia de que o insucesso escolar é um factor muito importante para o abandono escolar e apresentava um estudo que confirmava a referida ideia – de dezoito variáveis consideradas, relativas à escola e ao contexto económico, social e demográfico, apenas o factor económico e o insucesso explicavam cada uma das variáveis dependentes (abandono e saída antecipada). A Professora Maria do Céu Roldão, por sua vez, questionava a identificação do sujeito do insucesso, tantas vezes encarado como realidade externa à escola, sempre imputável aos alunos e aos seus contextos e percursos, para trazer de novo ao debate o insucesso da instituição que por várias razões não está a conseguir cumprir a sua missão essencial – fazer com que os alunos adquiram o conhecimento e as competências que é suposto que a escola lhes proporcione. Daí que tenha proposto: a) uma reflexão – acção também ela centrada na escola, no sentido de se ultrapassar o padrão dominante de transmissão de “conhecimento inerte” em favor do “*empowerment*” das pessoas para serem capazes de usar, utilizar e gerir inteligentemente o saber ao longo da sua vida; b) um trabalho cada vez mais profissional na formação dos docentes, um investimento na formação de verdadeiros profissionais de ensino, no desenvolvimento profissional assentes na competência científica, cultural e pedagógica; e c) a redução da normatividade e uniformidade das escolas com reforço da autonomia, que permitam uma reorganização do trabalho que nelas se desenvolve.

¹ Conselho Nacional de Educação (2004). *As Bases da Educação*. Lisboa: CNE

O combate ao insucesso e a promoção da igualdade de oportunidades de todos, o desenvolvimento da profissionalidade docente, o reforço da autonomia e a renovação da estrutura, organização e modos de trabalho nas escolas, para que muitas mais famílias e jovens possam estar em sintonia cultural com ela, parecem poder contribuir decisivamente para a redução do abandono e para promover a equidade.

O Debate Nacional de Educação (DNE) que decorreu em 2006-2007 deu uma particular atenção às questões do insucesso e do abandono escolar prematuro e desqualificado, dada a dimensão do desafio com que Portugal se confronta quando se pretende que nenhuma pessoa, família ou instituição social se alheie de tão relevante desígnio que constitui a aprendizagem significativa de todos ao longo de toda a vida, a valorização do saber e das competências de cada um.

Nos debates do DNE são frequentemente referidas a necessidade de criação de equipas pluridisciplinares que permitam uma intervenção eficaz na identificação e acompanhamento de problemas, reforçando a ligação da escola à comunidade e a promoção de formações diferenciadas, como forma de prevenir o abandono, reforçando as componentes práticas e vocacionais e apostando numa aproximação às necessidades do mundo do trabalho logo a partir do 3º ciclo do ensino básico.

Neste âmbito, o DNE permitiu concluir que, para se estancar o flagelo do abandono escolar precoce e desqualificado são necessárias mudanças na organização das escolas, na capacidade de gestão autónoma de recursos, na renovação de estratégias pedagógicas capazes de atender à individualidade e às necessidades de cada aluno, na melhoria dos planos e programas de estudos, no enquadramento da participação das famílias e na formação e natureza dos profissionais. A flexibilização curricular e diversificação de percursos de educação e formação, a criação de equipas interdisciplinares que sinalizem e encaminhem situações de risco, a criação de dinâmicas de apoio social e de mediação familiar com ligação à comunidade e às redes de apoio social e educativo nelas existentes foram igualmente apontadas no DNE como medidas capazes de contribuir para a redução do abandono.

Salientava-se ainda a necessidade de maior atenção e apoio ao desenvolvimento da infância (0-3 anos) e à educação pré-escolar, bem como de se actuar para além das escolas uma vez que, escondidas atrás do abandono escolar estão, regra geral, a pobreza e a exclusão social de muitas famílias e importa que nenhuma criança ou adolescente seja deixada para trás, abandonada à sua sorte, que quase sempre a condena à exclusão social.

Refira-se que os caminhos apontados pelo Debate Nacional sobre Educação não são substancialmente diferentes dos dez passos propostos pela OCDE no Relatório de 2007 - *“No More Failures: Ten Steps to Equity in Education”*.

Os textos que ora se publicam correspondem no essencial ao seminário **“Equidade na Educação – Prevenção de Riscos Educativos”**, inserido na Área Temática – Qualidade e Equidade em Educação, do Debate Nacional sobre Educação, que teve como ponto de partida a apresentação de um Estudo de Caso sobre **“Abandono Escolar em Contexto Urbano”** realizado numa escola do Porto. Integraram a equipa responsável pelo estudo as professoras Angelina Carvalho, Conceição Dinis e a socióloga Ana Luísa Martinho.

Na intervenção de abertura do Seminário, o Presidente do Conselho Nacional de Educação lembra os resultados do relatório PISA, em particular no que respeita à elevada heterogeneidade sócio-económica das famílias portuguesas e ao peso significativo que este factor tem nos resultados da aprendizagem das crianças. A Ministra da Educação, por sua vez, equaciona o papel da escola no combate às desigualdades sociais, salientando que a experiência de vários países demonstra que os requisitos da qualidade e da equidade podem ser cumpridos, nomeadamente através da introdução de mudanças na organização do sistema educativo, da melhoria da qualidade das escolas, da introdução de medidas de diferenciação controlada e dirigidas a alvos prioritários e do abandono de políticas excessivamente uniformizadoras, apostando numa efectiva redistribuição dos recursos existentes. Defende, assim, a construção de um círculo virtuoso entre maior equidade de oportunidades, maior eficácia no uso dos recursos e melhoria da qualidade dos processos de ensino e de aprendizagem.

A conferência proferida pela Professora Maria Odete Valente sobre “A Escola, a sua Missão e os seus Valores”, situa os desafios que se colocam à educação para todos e os novos papéis com que a escola se vê confrontada.

A apresentação do Estudo de Caso pela equipa responsável permite uma caracterização do contexto sócio-económico em que a escola se encontrava inserida, marcada pelas baixas expectativas que as famílias têm relativamente aos percursos escolares dos seus filhos, pelas dificuldades encontradas na transição dos alunos entre as escolas do 1º ciclo e as escolas dos 2º e 3º ciclos, pela falta de acompanhamento e de apoio que a escola disponibiliza a estas situações de risco educativo, o que segundo as autoras constituem causas do abandono escolar precoce encontrado. Nos seus comentários, as investigadoras Isabel Menezes e Maria João Leote Carvalho reforçam a ideia da pouca valorização que as famílias dos meios mais desfavorecidos fazem da escola, mas simultaneamente a dificuldade que a escola tem de diferenciar as suas formas de intervenção.

Seguem-se as intervenções de Armando Leandro e Angelina Carvalho, no contexto do debate sobre situações de risco e intervenções e formas de acompanhamento que abordam as questões da sinalização e intervenção junto de crianças e jovens em risco social, nomeadamente, o papel da Comissão Nacional de Protecção de Menores e o início da experiência de tutorias ao nível da escola.

Ana Cadima, Graça Franco, Ana Damião e Joaquina Cadete apontam e discutem diversas modalidades de resposta ao risco, nomeadamente, as formas de diferenciação pedagógica a nível da sala de aula e os modelos de diversificação curricular da educação especial, dos cursos de educação e formação e do Programa para a Eliminação do Trabalho Infantil.

Na síntese dos trabalhos, a Conselheira Maria Emília Brederode Santos começa por recordar os meninos invisíveis que abandonam a escola e os meninos explorados, muitas vezes antes e depois do abandono, muitas vezes os mesmos, que foram afinal a razão primeira do seminário que deu origem à publicação que aqui se apresenta. Importa relevar que este é um tema e um problema que continuará a merecer a maior atenção do Conselho

Nacional de Educação e está inscrito como prioritário nas actividades do CNE para 2008.

Finalmente, ao serem publicadas as actas deste seminário, são devidos agradecimentos a todos quantos colaboraram na iniciativa, às autoras do estudo de caso, às comentadoras e conferencistas, às conselheiras, à assessoria e secretariado do CNE e, particularmente, à Fundação Calouste Gulbenkian que financiou mais este estudo promovido pelo Conselho Nacional de Educação.